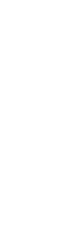


*De ti se maldirão os frutos;
Sentindo tua força, ostar-te-ão,
E sua fraqueza se revelará.
Mas não cederás à soberba.
Tu os compreenderás e lhes estenderás a mão.*

©Dinar Nunes — A Saga do Justo — Trecho em Continuação — A Conspiração dos Médicos, parte final — Vedada a utilização e o armazenamento para qualquer fim ou por qualquer meio.



RONAIR UNES

A história tem o fato como seu elemento formador; por isso não é apenas cumulativa, é também repetitiva quando o fato, parcial ou plenamente idêntico, se repete. A correta leitura dos fatos correntes é essencial para bem interpretá-los em toda a sua extensão, leitura tal que se deve assentar em ampla visão de mundo e, indispensavelmente, em sólidos conhecimentos históricos. Consistentemente e com muito senso de realidade, já se disse, mesmo, que quem não sabe história não sabe nada.

REPUBLICA-SE COMO A SEGUIR OS ARTIGOS PUBLICADOS EM DEZEMBRO DE 2019. OS MESES DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2019 DESAPARECERAM DO BLOG, SUMIRAM, ENTRE OUTROS. CRE-SE ESTAR FALTANDO AJUDA UM ARTIGO PUBLICADO EM DEZEMBRO DE 2019. ELE SERÁ BUSCADO NO BACKUP GERAL. ENCONTRADO, SERÁ REPUBLICADO.

REFLITA SOBRE ISSO

Nenhum de nossos governantes, desde a proclamação da República, fez o suficiente para mudar o histórico enfoque social e econômico que herdamos do nosso passado de limites estreitos e de sinecuras, ressalvado o de Getúlio Vargas sob alguns aspectos capitais, e o de Juscelino Kubitschek, quanto à industrialização do país, na esteira dos esforços estadistas de Vargas. Os governos militares nos deram uma nova visão do Brasil, ainda necessitada de mais história para ser inteiramente entendida, embora, sem qualquer sombra de dúvidas, tenhamos feito expressivos progressos.

Até hoje o sistema de travas e freios é aplicado, às vezes de forma nem tão sub-reptícia assim, a informar descuidados anti-republicanos imperdoáveis. Parecemos um país de poucos donos, cujos patriarcas não terão nascido em solo brasileiro, parecendo, ainda, que, a tais donos, se realmente assim é, não aprez uma nacional em harmonia partilhando o progresso econômico e social. Educação precária, saúde assassina, parecem, ainda, obedecer ao velho princípio do colonizador, as estradas ruins, de quebra, e a brutal ausência de estrutura sanitária em metade do país, realidades absurdas em pleno século 21, amor e respeito próprio literalmente no esgoto.

Um outro dia o ex-Presidente Fernando Henrique disse que para governar o Brasil é preciso estar disposto a meter a mão na lama, frase de sentido muito específico. Ele não foi perfeito em seus governos, mas é um homem educado e lúcido. A burocracia, proposital, para dificultar, ou supostamente evitar, fraudes, leia-se associar-se de sorte à Coroa para drenar riquezas do país falhu em sua concepção originária, mas continua na prática emperrando tudo, ainda tenhamos quadros funcionais em boa parte minutíssimo bem preparados e com os quais o país pode ser rematadamente administrado.

Parece haver uma regra que trava para manter interesses na estúpida distribuição de renda no Brasil, uma estratificação social que tange o tribalismo, e um gosto pela violência moral e transgressão legal a ultrapassar de muitos os limites democráticos de direito. Essa regra tem sido travar o país.

Estamos num bom momento para repensar tudo isso. Não me lembro quem disse, mas a frase tem um indiscutível travo de realidade: "Há algo congenitamente esquizofrênico no caráter nacional brasileiro". Não poderia ser de outra forma; são séculos de inúria, discriminação, desrespeito, descaço, soberba e humilhação.

Estudos comparativos recentes concluíram que o povo brasileiro é o que, no mundo, padece do mais alto grau de ansiedade, consequência lógica da manutenção do país na trava, sob intimidação, no desempenho maciço, infeliz, que só aumentará a ansiedade cujo desdobramento natural é a depressão coletiva, depois nacional, um dos seus efeitos mais imediatos a improdutividade. É uma boa maneira de jamais sair do atoleiro em que estamos enfiados.

Refleta sobre isso neste Natal, neste fim de ano. É preciso reagir, equilibradamente, nos estritos termos da lei e da ordem, mas reagir. O primeiro passo: Olhar o mundo que nos rodeia com senso de realidade e promover as alterações comportamentais necessárias, recomendadas por uma visão conceitual revista de tudo o quanto tem sido visto e ouvido nesses nossos tempos malcomportados.

Precisamos banir das nossas considerações o que nos põem em sobressalto, quem nos mente e vive para ilaquear a boa-fé, quem desafia as leis a partir da lei maior, nossos sustentáculos de negação à barbárie, a vulgaridade e, a dissimulação. Precisamos cultivar a verdade e a ética, praticar a liberdade e não tentar impedir que os outros também o façam. Somente depois de alcançar esse estágio estaremos preparados para viver a grandeza cidadã a que o nosso Estatuto nos remete, para construir o grande país do qual queremos e merecemos ser súditos; só a partir de então encontraremos a paz perdida com as atribuições que nos têm sido impostas.

Até o dia 02 de Janeiro. Que a força universal de fundo esteja com vocês.

Bom Natal e uma regeneração do tempo tranquila e feliz.

(ESTÁ MENSAGEM É DE DEZEMBRO DE 2019)

NOSSO PASSADO, NOSSO FUTURO...

O Constituinte de 1988 insculpiu de modo claro e direto no inciso 57 do Artigo 5º da Constituição Federal: No Brasil ninguém é culpado sem o trânsito em julgado de eventual sentença penal condenatória que lhe haja sido proferida. Sem culpa, cuja única forma de demonstração em direito admitida é a prova cabal nos autos, não pode haver prisão, encarceramento.

E foi mais longe. Com a plena capacitação de sua função Constituinte, não deixou de olhar para o nosso passado cruel, autoritário e elitista, habilitando-se a, bem vislumbrado o futuro, gravar de modo indelével no § 4º do Artigo 6º a proibição terminante de deliberação sobre a abolição da nossa forma federativa de Estado, sobre o voto direto, secreto, universal e periódico, sobre a separação dos Poderes e sobre os direitos e garantias individuais. Nenhuma dessas matérias pode ser colocada em pauta, discutida ou votada; fazê-lo, é peitar o Supremo Tribunal Federal, é desafiar a Constituição da República, manter a inquietação, a insegurança e dar continuidade ao clima de que tudo é permitido, cacete com o qual temos estado a braços de algum tempo para cá, dependente de quem fale mais alto ou seja mais atrevido. Fazê-lo é produzir em face da norma constitucional aplicável uma deliberação nula de pleno direito, presente o fato concreto da vedação terminante de deliberação sobre a matéria elencada.

O Brasil não precisa de mais incertezas, e, extremamente necessitado de caminhos diferentes do que tem palmilhado, precisa aprender com o seu passado colonial de brutalidades, descaço ou os mais comезinhos direitos das pessoas e desleixo com as exigências institucionais. O Estado não existe para si mesmo no constante pairar sobre a nação, como se os problemas dos brasileiros não fossem antes de tudo problemas seus. O Estado existe para ela e em função dela.

Vivemos num país onde o grande pecado é ser pobre, pecado infernalmente mortal se a pobreza, além de si mesma, for negra, onde comodamente se esquece que o Brasil, antes de nós é engrandecida desde os primórdios do colonizador, agravada no atirar-se de milhares de escravos às ruas sem terem onde morar, como comer e como se educar, e praticamente perpetuada pelo desinteresse de dotar o Brasil de mecanismos capazes de contê-la, reduzi-la, eliminá-la. E por que não nos desenvolvemos, presos no visgo repelente do efeito sanfona do vai e vem à conta do qual somos historicamente um grande pequeno país à inanição sobre a terra generosa.

Precisamos urgentemente começar a nos movimentar no sentido do equilíbrio entre a dolorosa experiência do nosso passado de brutalidades, que deixou profundas marcas negativas na visão de mundo dos brasileiros, e as exigências irrecusáveis de um futuro que nos redima dos pecados históricos, que nos conduza a uma posição de respeito recíproco com as nações civilizadas e educadas, relativamente às quais o nosso bom trato não seja apenas questão diplomática ou de conveniência, mas um modo de perfeita integração à ordem internacional e forma de nos assegurarmos, desenvolvidas as nossas potencialidades, de um crescimento contínuo e sustentado.

UMA BOLHA?

28 quarta-feira mar 2012

Temos no DNA a marca do colonizador: viver às expensas da colônia. Já se abordou aqui questões essenciais para o estabelecimento de um parque candidato ao desenvolvimento sustentado, duas vertentes bem definidas: a Administração Pública e o empresarial.

Não chegaremos a lugar nenhum com a escassez de mão de obra qualificada, estradas, portos, energia, carga trabalhista e fiscal que estão aí, assim como a muito pouco além do que nos poderemos aspirar se os nossos homens de negócios não implementarem as políticas empresariais necessárias à ultrapassagem dos termos médios alcançados pela nossa economia.

Está mais do que na hora dos empresários afeitos à prática apressentem o pires historicamente estendido para recolher as benesses circunstanciais concedidas pela Administração para facilitar-lhes a vida, de seguir o exemplo da indústria do calçado que, em última análise, por questão pura de sobrevivência, partiu para a modernização dos seus equipamentos, para a modernização dos meios de produção, para a adoção de modernos princípios administrativos, para a redução dos custos e melhoria de qualidade que lhe estão devolvendo a competitividade.

Corremos o sério risco de estacionar no patamar em que estamos pela absoluta falta de capacidade de crescer solidamente, com fundamentos próprios. Se e quando os dois lados do Atlântico-norte voltarem ao seu patamar econômico habitual, deixáre-mos de ser os queridinhos da vez porque todo esse frenesi apenas se manifesta por absoluta falta de alternativa para os grandes capitais internacionais. Pode ser muito dura a volta à nossa realidade. Já vimos esse filme antes.

PRECISAMOS REESCREVER A NOSSA HISTÓRIA

Um Estado não inserido no ritmo mundial jamais poderá aspirar a desenvolver-se no orden de suas capacidades, a serem concebidas e ordenadas com o fim precípulo de fazê-lo protagonista, não coadjuvante ou mero figurante no concerto das nações; um país intolerante e isolado economicamente em suas práticas e concepções do restante dos países jamais exibirá índices sustentados de desenvolvimento. O orden mundial não afonosa atitudes ou comportamentos discriminatórios de filosofias e/ou princípios econômicos ou sociais. Cada povo tem o direito de decidir como quer ser governado e por quem quer ser liderado. O condão do diálogo e a postura adequada para administrar as diferenças, não os absolutos, definem as lideranças, capacitando-as para conduzirem seus países à participação na ordem internacional.

Crescimento econômico não é uma figura abstrata; decorre do aumento da produção como um todo, e do aumento da produção *per capita* em particular. Faça você mesmo um pequeno exercício, grosso modo, e verifique pessoalmente como anda a Economia e o quanto de verdade lhe não que lhe estão dizendo o rádio, a televisão e os jornais. Pegue o PIB dos últimos 25 (vinte e cinco) anos, ano a ano, e divida pela população do país no período. Você vai encontrar, repetido, grosso modo, o PIB *per capita*. Converta-o em dólares americanos. Considerando o aumento populacional ano a ano, o seu *insight* tangenciará o grau de eficiência do governo e a contribuição dos empresários para a saúde econômica do país. Nesse ponto, distribua ao longo dos 25 (vinte e cinco) anos considerados as Administrações federais, os governos. Tabele o período de cada Administração por coluna e compare. Você terá aí uma rica fonte de informações, inclusive ramada às Administrações mais eficientes e que melhor atenderam às exigências do crescimento populacional. É sumamente importante determinar as mudanças econômicas estruturais no período, especialmente a transferência da produção agrícola para a não-agrícola, ou seja, como se desenvolveu o processo de industrialização do país, considerada a distribuição da população entre o campo e a cidade, e a distribuição da renda traduzida no acesso aos bens e serviços, notadamente nas mudanças dos números e percentuais de pobreza. O período em que se verifique um padrão estável de crescimento associa-se a um exemplo tecnológico e social; nestas, constatar-se-á, por exemplo, em nossa história recente, um padrão nulo de crescimento e a estagnação, com desatualização do contexto tecnológico, apontando para a eficiência da Administração e para a ineficiência do empresarial, de visível da recessões e regressões econômicas podem se agravar e se estender quando à ineficiência do empresarial se associam problemas oficiais como a tributação irrealística, a diminuição de renda dos trabalhadores que abalam o poder de compra das famílias, a ausência de ações governamentais para recuperação do mercado interno e medidas para reduzir o desemprego quando suas taxas extrapolam os índices administráveis, afetando gravemente o consumo e fazendo cair dramaticamente as contribuições previdenciárias, que valem rombos incontroláveis no fluxo de caixa geral tornado vazio comum onde jogados todos os compromissos da Administração. De outro modo, recessões e regressões econômicas provocam acentuadas quedas na arrecadação e impostos, que diminui o fluxo dos insursums de caixa, além de reduzir o meio circulante, o que ensombrece o ambiente de negócios. A economia é sistêmica, precisa ser administrada com largueza de visão e propósitos.

Não há remédio caseiro para esse tipo de problema; o país tem de tornar-se parte do sistema internacional, reordenando e aprofundando suas ligações com a mecânica econômica mundial, com a economia mundial. A abertura necessária compreende também a abertura de um canal estável de comunicação com o exterior, além de toda forma de atuação no cenário mundial, congressos, conferências, eventos midiáticos e troca de informações diplomáticas e econômicas, respeitadas, naturalmente, as regras de segurança de cada país. É preciso estar sempre pronto a negociar, não ceder, mas negociar, colocando em posição de destaque os interesses brasileiros e considerando na devida conta os interesses dos países interlocutores sem transigir com o essencial.

Já não estamos no tempo dos heróis, que nunca nos fizeram bem. O trabalho a ser desenvolvido é demasiado importante para ser subtraído à diplomacia profissional e funcional, a diplomacia realista que define metas e metas factíveis, no plano internacional sem perder de vista os objetivos, que se definem pelas necessidades de médio e longo prazo do país, de forma a sustentar o desenvolvimento permanente, duradouro. Essa é uma função da diplomacia econômica; ajustes internos são arranjos para condutores e políticos.

Democracia e direitos humanos são pressupostos essenciais, antecedentes necessários do modelo traçado na Constituição. Temos de avançar para objetivos internos que corrigam nossa velha ordem doméstica, a ordem do colonizador estabelecida em quase quatrocentos anos de domínio externo, continuada após a independência pela sobrevivência de hábitos, costumes e práticas, formalmente extinta em 1988, mas com sobrevivência ínfima, paralela e informada com o fim do seu poder de decidir sobre os destinos do país, derramando-o quando contrariados os seus designios, grupos de decisão e detentores de mecanismos que modificam sua estrutura ao sabor de interesses nem sempre acordes os interesses nacionais e consoante as normas constitucionais e legais. Temos no Brasil uma prática de séculos não compreendida nos limites dos controles oficiais, somos o que grupos de poder querem que sejamos, não o que convém a um grande país com espectro de potência, mas realidades assustadoras. Somos um grande pequeno país destinado por suas elites à produção intensiva de alimentos e minerais para exportação, para consumo externo. Precisamos de um parque industrial que atenda à nossa realidade. Medir a eficiência de nossa capacidade industrial instalada é enganador, nada significa além da medição das nossas incapacidades, da nossa ausência de vocação para a produção em escala que derruba os custos, restando-nos produzir insuficientemente itens de baixa qualidade que custam caro ao consumidor. Temos um parque industrial secundário de desolante participação percentual em um PIB ridículo para as nossas potencialidades, travado quando ameaça subir, colocar a cabeça de fora.

Precisamos de iniciativas pessoais produtivas, de cidadãos voltados aos interesses cruciais do país; estamos fomentando resultados não de doutrinas e digressões acadêmicas estereis, necessitamos estabelecer um modo cooperativo de vida que projete o Brasil na direção da ordem mundial, preservados os nossos valores, e fixar nossas metas estratégicas. Precisamos todos administrar o nosso desenvolvimento e direcionar tudo o que fizermos no sentido da definição do nosso papel no mundo. Precisamos sepultar bem fundo o que herdamos da colonização, que não é pouco, nem inofensivo, e reescrever a nossa história nos termos do Brasil e dos brasileiros.

UMA TRAGÉDIA, MUDEMOS, ISSO É HISTÓRIA...

(PUBLICADO ORIGINALMENTE EM JULHO E AGOSTO DE 2018)

UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA

Cada governante brasileiro que sai deixa para o sucessor um país pior do que recebeu, exclusivo o governo Sarney, insuperavelmente desastroso. O governo Collor foi um thriller cômico/trágico, a Economia conduzida de modo ridículo. O governo Fernando Henrique foi lastimável, pecando clamorosamente quando, ao fim do primeiro mandato, não fez os inadiáveis ajustes no Plano Real, comprometendo a preciosa herança do breve governo do Estadista Itamar Franco por razões eleitoreiras; quando FH saiu, encerrando uma Administração com sabor adventício, o Brasil era modelo perfeito e acabado de fragilidade econômica e cambial, com ridículas Reservas de 38 precários bilhões de dólares americanos, um fragilíssimo cotidiano, uma plena, inexplicável e injustificada soberba. Aos dois governos Luís Inácio reserva-se o julgamento da História; eles abalaram, com pesada sacudidela verde e amarela, a longa história de desrespeito ao país e suas não-elites, algo insuportável para o critério desde sempre prevalentemente, salvo nas Administrações Vargas, que, lamentavelmente, se teve de desenvolver ditatorialmente para conseguir nos dar rumo decente econômico, social e trabalhista ao promover as bases de sua industrialização e realizar a segunda abolição da escravidura no país. Os governos Ditatoriais foram comprometidos, no início do segundo mandato, pela criminoso insanidade do não se elegerá, se ganhar não leva, se levar não governa, se governar, sai. Saiu, limpa, num impedimento sem sequer razoáveis bases jurídico-constitucionais, até hoje nada pesando criminal ou administrativamente de grave contra eles. A Administração atual é inqualificável por tudo de ruim que representa para o país, ostentando por únicas coisas boas as medidas propostas pela destituída Sra. Presidente ao Congresso, que não as apreciou ou votou em seus mandatos, mas foi muito expedito ao apreciá-las e aprová-las logo ao início da colocação do Vice-Presidente na cadeira presidencial em governo que já acabou sem nunca haver de fato começado, senão formalmente, em governo natimorto que não merece, por isso, sequer os réquiens da extinção, certamente por não merecer o *requiem aeternam*. Sem falar no Pré-Sal e na EMBRAER, que não pode ser absorvida pela fabricante estrangeira de aviões. Onde serão produzidos os nossos caças, escorrerá entre os nossos dedos a joia do bem de transporte, já testado e pronto para comercialização? Será mais um dos nossos esforços bem sucedidos entregues de mão beijada ao exterior? Começá-riamos do zero, o que significa não ter indústria aeronáutica, assim como não temos uma montadora de automóveis e veículos pesados genuinamente brasileira, o nosso imenso mercado interno e as nossas exportações de veículos automotores colocados graciosamente nas mãos de montadoras estrangeiras. Armamentos e veículos blindados; todos podem ter sua indústria bélica, menos o Brasil? E, nessa toada, lá vai o país caminhando para o despenhadeiro, já à vista.

Não há país soberano quando se tem de sair de mansinho ao primeiro bater de pé; não há potências desarmadas, nenhuma das existentes com papel representativo no cenário mundial. País desarmado é país desprotegido, logo, pobre ou real candidato ao empobrecimento. Todos os países de Economia forte são militarmente fortes.

O Brasil (ainda) reúne todos os requisitos para ser potência, população, vastidão territorial, energia, matéria-prima, riquezas naturais; desconcertantemente é um país de tecnologias ultrapassadas que faz parte de um clube de alta tecnologia, BRICS.

Que tal atrairmos algum o bridade e pensarmos no futuro do país, cuidarmos que as nossas riquezas não sejam oferecidas e sugadas, que continuem a ser levadas para o exterior, drenadas até se esgotarem, até que os futuros brasileiros nada mais tenham de seu, inclusive amor próprio, por decorrência sentimento nacional, espírito de nação, noção de país?

Qual dos postulantes à presidência que aí estão tem estofa para fortalecer as alianças internacionais já estabelecidas e formar novas alianças que nos permitam a busca do tempo perdido, a nossa sobrevivência como nação verdadeiramente organizada, como país soberano, a nossa realização como potência? Respondo: Nenhum! Não têm o trânsito nacional e internacional necessário para fazê-lo, a constituição multifacetada da requerida pela envergadura do empreendimento, pela urgência de liderar a construção de um novo Brasil, inadiável. O que temos é a pregação de crimes contra os direitos humanos, contra a humanidade, a acumulação de grosserias, de dissimulações e *nhe-nhe-nhens* facilmente neutralizáveis, que não levarão a nada além de manter o país cativo de todos os interesses, menos os seus próprios, de sua gente real que vive e trabalha duro para sobreviver.

O país que não se tornar potência não sobreviverá; muitos não podem fazê-lo, nos (ainda) podem.

Temos de nos corrigir de muitas coisas; à medida que forem ficando de fato difíceis, nem todos poderão de qualquer modo fazer parte das castas privilegiadas, nem todos poderão mudar-se para Miami, Portugal é impraticável; só de desempregados temos quase cento e quarenta por cento de sua população, só de desesperançados de conseguir trabalho, contando por baixo os seus dependentes na base de um para cada, temos praticamente um Portugal inteiro. Se contarmos os desempregados totais agregando mulher e dois filhos, critério bastante conservador, temos uma Argentina. Construir um novo Brasil não é lazer ou exercício para quem não tem o que fazer, é tarefa para brasileiros de fibra, valor e noção de obrigação, questão de sobrevivência.

O Globo de sábado último, 28 de Julho, publicou matéria de Glaucé Cavalcanti — é assim mesmo, com "i" — com a colaboração de Amílcar Urbim sobre a qual todos deveriam colaborar, refletir:

**Aproveite. 88% mais caro. Consumo à brasileira. Bom e barato nos EUA, programa caro por aqui, sobre Applebees. Direito do subúrbio para fantasias de luxo, sobre a lingerie Victoria's Secret, que nos EUA tem por público alvo as donas de casa do subúrbio. Sobre o Toyota Corolla, uma das opções mais baratas de EUA e Europa que aqui é desumana custa quase o dobro. Sobre a escova de dentes Curaprox, um bom produto sem nada de especial que aqui adquiriu status e é cultuadíssimo. A matéria deveria tornar-se obrigatória nos dois últimos anos do primeiro grau, em todo o ensino médio e nos cursos universitários. É básico formar cidadãos conscientes, com boas noções de consumo e boas práticas consumeristas; isso é algo elemental na formação da cidadania pelos seus reflexos sobre toda a Sociedade, na Economia e nos deslins dos país. Sem exageros. Lógico, com um país de 208 (duzentos e oito) milhões de habitantes, boa parte com mentalidade de colonizado, à sua disposição, ninguém no exterior quer que nada mude por aqui. E como está, está muito bom para os nossos maus industriais e comerciantes, a produzir e vender porcarias em termos de qualidade, a apresentar como *chic* o que é produto popular em seus países de origem, por elas cobrando preços ridiculamente altos, é dizer, para o exterior somos apenas um bando de selvagens seduzidos por quinquilharias que buscam ascensão social e status pela aquisição e exibição de produtos de baixa, regular ou apenas boa qualidade ou marca como se fossem de alta qualidade e padrão nos países onde fabricados e originalmente vendidos, não importa o que seja.*

Em suma, de nada adianta ficar reclamando, por exemplo, dos políticos que, queira-se ou não, são avatares da Sociedade que representam; eles começarão a mudar para melhor quando essa mesma Sociedade, ela sim, tornar-se melhor do que é hoje.

ISSO É HISTÓRIA, SENHORES

Sexta-feira, 06 de Julho de 2018. Um crime contra a Informação, por extensão contra a opinião pública: "O Brasil teve 500 (quinhentos) anos para se organizar." Ignorância ou má-fé, nas circunstâncias quaisquer das duas hipóteses constitui erro grosseiro ou gravíssimo *parti pris*.

O Brasil apenas se fez independente em 1822. O domínio português sobre o país foi exercido com mão de ferro e crueldade, na pauta impostos e taxas extorsivas sobre tudo, enforcamentos, esquarteramentos e abates de corpos humanos exibidos publicamente. Era proibido partir escolas, estradas, instalar indústrias, o comércio apenas podia ser praticado por portugueses, todas as riquezas e todo o ouro aqui produzidas e extraído eram carregados para Portugal.

A Corte de Pedro II era portuguesa de hábitos e costumes, ressalvada a pessoa do Imperador, que tinha muito de estadista, mas não mandava nada.

A Constituição de 1891 foi feita para os estrangeiros, uma prática nascida com o descobrimento, iniciada com a exploração sistemática, continuada no primeiro Império e organizada no segundo; o complexo de vira-latas vem de longe, tem seus motivos e continua sendo estimulado por declarações como a da temática deste texto, além de permanentes ações e tentativas de desmoralização contra os que não são, mantenhmos o *statu quo*, *yes-men*, ou não dizem amém ao *statu quo*. Na década de 1920 os Bancos eram portugueses, o crédito naturalmente seletivo, as empresas portuguesas no Rio de Janeiro não empregavam brasileiros e aconselhavam empresas de outras nacionalidades aqui estabelecidas a fazerem o mesmo. Não foi outra razão da Lei dos Dois Terços, a obrigação de empregar brasileiros, os donos do país, afinal, na proporção de 2/3 do total do quadro de funcionários, só vinda por obra de uma ditadura, a de Getúlio Vargas, que deu ao Brasil, com a Companhia Siderúrgica Nacional, a base para a sua industrialização, além de uma legislação trabalhista que acabou com o tipo de escravo que era o trabalhador empregado de então. A ditadura da década de 1930, meu querido leitor, a CSN da década de 1940, quando já estávamos beirando a metade do século XX. Não defendo e não pactuo com ditadura nenhuma, tenho verdadeiro horror a que pretendo me dizer o que posso ler, dizer ou escrever, como devo viver a vida que é minha; meu respeito incondicional reserva para a lei, meu norte, meu limite, formulada e promulgada em uma democracia, sob Estado de Direito. O exemplo foi dado somente para ilustrar o fato de como os brasileiros e o Brasil têm sido humilhados, sacrificados e travados pela chamada Sociedade Civil, expressão que uma cabeça limpa jamais entenderá. E tudo vem das origens, sim, com a sempiterna concordância das nossas elites, cujo próprio dourado é o de serem estrangeiras dentro do seu próprio país, forma de diferenciar-se e se manterem afastadas da população em geral, para a qual não estão nem aí. Transcrevo; qualquer semelhança com a nossa realidade atual não é mera coincidência, é prática penta secular, isto, sim, coisa de 500 (quinhentos) anos:

("...)

(TRANSCRIÇÃO FEITA DE ACORDO COM O DOCUMENTO)

Em Minas só havia duas coisas certas: a morte e o aumento dos impostos. Até para atravessar os rios se desembolsava uma contribuição.

Multa e percentagem: eram duas palavras que andavam pela boca dos administradores com mais frequência que o bom-dia ou o boa-noite na boca dos administrados. Afim de adotar a rapinagem, teciam-se mansos euphemismos, falando-se em alfinetes para a rainha e em enxovas de princesas. Cobrava-se até um subsídio literário, doce ironia oficial numa região onde não existia uma só biblioteca pública. Havia ainda um subsídio voluntário, sendo de calcular, mesmo sem intenção humorística, que muitos mineiros passassem carregados de ferro (agrilhados) pelas vielas de Diamantina ou Villa Rica, por se terem recusado a pagar o tal subsídio voluntário...

Tanto onus e nenhuma compensação ao contribuinte. Nem polícia, nem estradas, nem assistência sanitária, nem serviço postal, nada que de longe justificasse, ou pelo menos excusasse a rapina lusitana.

Tudo era defeso, tudo era proibido ao pobre zé-pagante, ao eterno escravado. A menor infração aos regulamentos e aos códigos provocava penas cruéisíssimas: confiscos, prisões, o desterro e não raro a morte, eis o que esperava a quantos pretendessem resistir.

Quem quer que abrisse uma nova estrada, por onde talvez se escostassem as pepitas e os cristas destinados ao Reino, era considerado um criminoso irresgatável.

A tudo se sobrepunha a logica irresponsável do ferro e do fogo. As realidades administrativas autorizavam até o incêndio de arraiais inteiros, a matança de famílias, de fações completas. Dava-se um prêmio a quem assassinasse um conspirador.

Felipe dos Santos, condenado sem processo, foi atado às caudas de quatro cavalos bravios e arrastado e esquarterado vivo pelas ruas de Villa Rica, e morto sem socorro da religião, sem sepultura cristã, nada!

("...)

[Agrippino Grieco, Introdução, XII e XIII, in Antonio Torres, As Razões da Inconfidência—A. J. Castilho, Livreiro—Rio de Janeiro—M CM XXV (1925)]

Como escrevi um outro dia, Amigo, credibilidade é como virgindade, uma vez perdida, acabou!

Não é difícil entender porque o Brasil é como é. E tem mais, muito mais. É pior. Não se zanguem, envergonhem-se, isso é História, senhores!...

